

# MUSA

museus, arqueologia & outros patrimónios



Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal

Setúbal, 2004

1



# **MUSA**

**museus, arqueologia & outros patrimónios**

**Volume 1  
Setúbal 2004**

**FIDS & MAEDS  
Autarquias do Distrito de Setúbal**



# Ficha Técnica

## *Edição*

Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal (FIDS) e Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS)

## *Direcção*

Victor Borrego (Presidente da Assembleia Distrital de Setúbal)

## *Coordenação Editorial*

Joaquina Soares

## *Conselho Científico*

António Nabais  
Carlos Tavares da Silva  
João Luís Cardoso  
Mário Canova Moutinho  
Mário Varela Gomes  
Victor S. Gonçalves  
Vitor Serrão

## *Conselho Redactorial*

Antónia Coelho-Soares  
Fátima Contramestre de Almeida  
Fernanda do Vale  
Germesindo Silva  
João Carlos Faria  
Luís Ferreira  
Maria Graça da Silveira Filipe  
Maria Rosa Peralta Sousa Silva  
Maria Teresa Rosendo  
Miguel Correia  
Teresa Rosa Gomes da Cruz Silva

## *Secretariado e correspondência*



Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal  
Av. Luisa Todi, 162; 2900-451 Setúbal (Portugal)  
Telefs - (351) 265239365/265534029; Fax - (351) 265527678  
Email - maeds@mail.telepac.pt

## *Capa*

Fotografia inédita, de autor desconhecido, propriedade do MAEDS.  
Cais da Torre do Outão, com hiato de Setúbal, 1908.

## *Execução gráfica*

Ana Paula Covas  
António Caetano de Campos Ramos  
Jan van Krimpen

## *Impressão e acabamento*

Impripal Artes Gráficas, Lda. - [www.imprupal.com](http://www.imprupal.com)

## *Depósito Legal n.º*

221991/05

## *ISSN*

1646-0553

## *Tiragem*

1400 exemplares

## Nota de Abertura

É com inegável prazer que anuncio a publicação da revista *MUSA*, em atenção ao seu valor intrínseco, enquanto repositório de importantes artigos, originais, sobre o património cultural do Distrito de Setúbal, aqui abordado na dupla vertente da investigação e da divulgação.

Igualmente importante é o valor simbólico da *MUSA*, uma vez que revela a capacidade do Poder Autárquico da região em encontrar consensos e pontes de diálogo, ao serviço da cooperação supramunicipal.

De facto, é crescente a consciencialização colectiva sobre a necessidade de reforçar a acção intermunicipal nos domínios da cultura, do ambiente, da educação, da saúde, do turismo. Precisamente nesta lógica, se enquadra o papel da Assembleia Distrital de Setúbal e nesse âmbito a edição da presente publicação.

A revista *MUSA* é, em grande parte, suportada pelo funcionamento do Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal, o qual configura a primeira rede de museus de carácter regional a surgir no país e cujo exemplo espero que frutifique.

A presente publicação constitui um desafio ousado, pelo esforço e dedicação que pressupõe e congregou o entusiasmo de muitos especialistas nas questões da cultura e do património, que em boa hora elegeram o Distrito de Setúbal como campo de estudo; para eles vão as minhas saudações e agradecimento.

Desejo, igualmente, agradecer os apoios que alguns parceiros institucionais e sócio-económicos disponibilizaram para esta iniciativa e, finalmente, fazer votos para que a *MUSA* vá ao encontro dos interesses da Comunidade Distrital e a possa também inspirar.

**O Presidente da Assembleia Distrital de Setúbal**

**Victor Borrego**

# Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal – FIDS

## *Integrado por:*

- + Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal/Assembleia Distrital de Setúbal
- + Museu Municipal de Alcácer do Sal/Câmara Municipal de Alcácer do Sal
- + Museu Municipal de Alcochete/Câmara Municipal de Alcochete
- + Museus Municipais de Almada/Câmara Municipal de Almada
- + Serviços Culturais/Câmara Municipal do Barreiro
- + Serviços Culturais/Câmara Municipal de Grândola
- + Departamento de Acção Sociocultural/Câmara Municipal da Moita
- + Museu Municipal de Montijo/Câmara Municipal de Montijo
- + Museu Municipal de Palmela/Câmara Municipal de Palmela
- + Museu Municipal de Santiago do Cacém/Câmara Municipal de Santiago do Cacém
- + Ecomuseu Municipal do Seixal/Câmara Municipal do Seixal
- + Museu Municipal de Sesimbra/Câmara Municipal de Sesimbra
- + Museus Municipais de Setúbal/Câmara Municipal de Setúbal
- + Museu Municipal de Sines/Câmara Municipal de Sines

## Patrocínios

Administração do Porto de Sines



Fundação para a Ciência e Tecnologia



Região de Turismo de Setúbal - Costa Azul



A revista *MUSA* surge, essencialmente, em resultado da dinâmica do Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal, plataforma de debate das questões do património, abordadas a partir dos museus. Sem regulamentos prévios, deixando que a realidade concreta se espelhe na acção e oriente o rumo do FIDS, constrói-se o percurso, caminhando. Não se procura a homogeneidade, antes se aposta na diversidade, na diferença, na crítica. As vozes críticas obrigam à reflexão, mas supõem também firmes princípios de cooperação e solidariedade. Com base nas muito diversas posturas sócio-ideológicas, foi possível avançar com o presente projecto editorial de forma inclusiva, com a participação de todos os concelhos do Distrito de Setúbal, e este é o aspecto que mais valorizamos, porque mostra a capacidade que a região possui para se associar em torno de projectos de interesse comum, e particularmente de vocação cultural.

Este volume possui, evidentemente, um carácter experimental; o próximo será provavelmente melhor estruturado. Tentou-se conciliar o inconciliável, ou talvez não, quando se assumiu a publicação de originais de carácter científico, resultantes de projectos de investigação, e de textos de divulgação, acessíveis a um grande público. O propósito de servir esse vasto público interessado nas áreas do património, museologia e arqueologia, na dupla perspectiva da divulgação e da produção de novos conhecimentos, confere à revista um interesse duradouro.

A *MUSA* encontra-se organizada em várias secções, fisicamente delimitadas no corpo da revista, para melhor orientação dos leitores; a sua temática centra-se nas diversas modalidades do património cultural (procurou-se, aliás, reunir textos reveladores dessa abrangência); mostra-se aberta à colaboração de especialistas nos domínios atrás referidos; a sua geografia, de partida ou de chegada, deverá ser o Distrito de Setúbal; a base autárquica em que a revista assenta não pode, no entanto, ser confundida com autarcia e o campo geográfico de incidência da revista deve ser entendido de forma flexível; textos teóricos, sem um suporte territorial determinado, terão o melhor acolhimento.

Parece-nos razoável apostar em uma periodicidade anual. Os prazos de entrega de textos e de revisão de provas terão de ser objecto de calendarização; as normas de publicação são disponibilizadas desde já, no final deste volume. Da periodicidade da revista resulta que a agenda cultural, conforme a tínhamos pensado no início deste processo, poderá não cumprir, integralmente, os seus objectivos de informação atempada; terá pois de sofrer apreciáveis melhoramentos, destinando-se sobretudo a anunciar realizações programadas com muita antecedência e/ou à produção de reflexões e opiniões sobre eventos culturais ocorridos ou não no Distrito.

**A Coordenadora Editorial**

**Joaquina Soares**

# Índice

<b>Museus</b>	9
Mário Canova Moutinho <i>Os Compromissos dos Museus com a Sociedade</i>	11
António Nabais <i>Museu-oficina de Artes Manuel Cargaleiro. Quinta da Fidalga (Seixal)</i>	15
João Carlos Faria <i>Alcácer do Sal: páginas de história, a história de um museu</i>	19
Elsa Afonso e Paula Costa <i>Museu Municipal de Alcochete. Um museu em desenvolvimento</i>	23
Ângela Luzia e Maria Rosa Silva <i>Almada - apontamentos para a história de uma cidade</i>	28
Germesindo Silva <i>Museu Mineiro do Lousal. Espaço de encontro e cultura</i>	40
Maria Teresa Rosendo <i>O Museu Municipal de Palmela apresenta-se</i>	44
Graça Filipe <i>Antecedentes da criação de um museu no concelho do Seixal. Das ideias e acções anteriores a 1974, à emergência de um projecto cultural e do museu municipal</i>	51
Luís Jorge Rodrigues Gonçalves <i>Museu Municipal de Sesimbra. Programa de desenvolvimento</i>	61
Antónia Coelho Soares <i>Um projecto museológico para Sines</i>	67
Joaquina Soares <i>Museu/Museus. Operacionalizar funções</i>	75



<b>Arqueologia</b>	81
Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares <i>Intervenção arqueológica no sítio neolítico de Brejo Redondo (Sines)</i>	83
Antónia Coelho Soares e Carlos Tavares da Silva <i>Novas oficinas de produção de preparados piscícolas na área urbana de Sines. Intervenção arqueológica na Rua Ramos da Costa</i>	111
Eurico Sepúlveda <i>Os Murrii. Oleiros tardo-itálicos</i>	123
Carlos Tavares da Silva, Joaquina Soares e Susana Duarte <i>Preexistências de Setúbal. Intervenção arqueológica na Rua António Maria Eusébio, 85-87</i>	137
<b>Outros Patrimónios</b>	153
T.M. Azevêdo, M. Abreu e A.M. Galopim de Carvalho <i>Uma vez mais a Pedra Furada</i>	155
Vitor Serrão <i>O mestre do retábulo da Igreja da Misericórdia de Almada (1590): O pintor Giraldo de Prado</i>	161
Vanessa de Almeida <i>Mausoléu de Alfredo da Silva</i>	176
Marisol Aires Ferreira <i>Património construído da aldeia de Melides</i>	181
Teresa Rosa Silva <i>Os recursos da Borda d'Água no contexto sócio-económico do Tejo</i>	186
Fátima Contramestre de Almeida <i>Contributo para um Guia do Arquivo Histórico Municipal de Montijo</i>	193
José Matias <i>Património molinológico do concelho de Santiago do Cacém</i>	200

<b>Recensões, Publicações e Informações</b>	213
Mário Varela Gomes <i>“Mais um escalpe no meu cinto”. A propósito de “Os Hipogeus Pré-Históricos da Quinta do Anjo (Palmela) e as Economias do Simbólico”, de Joaquina Soares</i>	215
Susana Duarte <i>Ler Arqueologia e Património na biblioteca do MAEDS. Títulos inventariados em 2003</i>	219
Câmara Municipal de Alcácer do Sal	229
Câmara Municipal de Alcochete	230
Câmara Municipal de Almada	231
Câmara Municipal do Barreiro	233
Câmara Municipal de Grândola	235
Câmara Municipal da Moita	237
Câmara Municipal de Montijo	239
Câmara Municipal de Palmela	241
Câmara Municipal de Santiago do Cacém	244
Câmara Municipal do Seixal	245
Câmara Municipal de Sesimbra	249
Câmara Municipal de Setúbal	251
Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal/Assembleia Distrital de Setúbal	253

# Os recursos da Borda d'Água no contexto sócio-económico do Tejo

TERESA ROSA SILVA\*

## RESUMO

O rio Tejo constitui um importante acervo de memória. Falar do Tejo e do seu património cultural é falar das comunidades ribeirinhas: da sua cultura, gentes, aldeias típicas, marítimos e pescadores, salineiros, moleiros, descarregadores dos cais, carpinteiros navais e calafates, artífices de velas e ferragens, formas de culto religioso.

O Município da Moita, com as suas pitorescas freguesias e uma frente ribeirinha de mais de 20Km, está intrinsecamente associado à memória histórica colectiva da *Borda d'Água* e do rio Tejo.

As origens da ocupação humana no concelho da Moita remontam aos inícios do Neolítico e correspondem a uma ocupação de carácter habitacional com cerca de 6 mil anos, como atestam os achados arqueológicos na jazida do Gaio, cujas escavações foram realizadas pelo Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, sob direcção de Joaquina Soares.

Contudo, não se conhece uma continuidade da ocupação do espaço, sendo já na Baixa Idade Média que encontramos numa apreciável extensão territorial da margem sul, uma humanização do espaço claramente definida. Nos primórdios da nacionalidade, esta seria uma zona de sapais, matos, charnecas e pinhais, tal como acontecia com toda a orla do Tejo.

A Ordem de Santiago, mercê das extensas doações do rei, surge-nos logo no período de formação, organização e expansão portuguesa, como administrante de um vasto litoral aberto à activi-

## ABSTRACT

The Tagus river constitutes an important accumulation of memories. Talking about the Tagus and its cultural heritage is talking about the riverside communities: its culture, its people, its villages, its sailors, fishermen, salt workers and millers, its stevedores, ships' carpenters and sail makers, its blacksmiths and its religious cults.

The municipality of Moita with its picturesque neighbourhoods and a river shore of more than 20 km, is clearly associated with the collective historical memory of the *Borda d'Água* and the Tagus river.



Fig. 1 - Pintura original executada por Mestre Lopes no varino "O Boa Viagem", propriedade da Câmara Municipal da Moita.

\* Câmara Municipal da Moita, Departamento de Acção Sócio-Cultural / Divisão de Acção Cultural / Sector do Património Cultural e Natural.

dade marítima. Segundo os estudos desenvolvidos por José Manuel Vargas “*A partir de meados do século XIII, a Ordem de Santiago, com Palmela como cabeça de mestrado desta ordem, começou a designar por Riba de Tejo a extensa faixa litorânea a norte do termo de Palmela, limitada a nascente pelo Rio das Enguias (Alcochete) e a poente pelo Rio Coina*”.

Como legítima donatária destas terras tinha a Ordem de Santiago a obrigação não só de as defender e povoar, como proceder ao seu aproveitamento e rentabilização. É neste contexto espaço-temporal que a região conhecida por “Borda de Água” (Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete), contribui substancialmente para satisfazer as necessidades alimentares e de matérias primas da capital.

Paralelamente à produção de sal – que constituiu um dos factores relevantes da economia regional das povoadas ribeirinhas, desde épocas bastante recuadas, verifica-se uma intensa actividade nos transportes de pessoas e de mercadorias como o vinho<sup>1</sup>, os cereais, o peixe, a cal, a cerâmica, os biscoitos, o azeite, as frutas e verduras, bem como o fornecimento de produtos de charneca: lenha, carvão, canas, carqueja, tojo e palha, que alimentavam as padarias e os fornos de Lisboa e arredores, e as madeiras e o pez para a construção naval. De regresso, trazia-se o lixo da capital, aproveitado para fertilizante das terras<sup>2</sup>.

Para servir este tráfego de cabotagem, cada vez mais intenso, e de que temos registos a partir da Baixa Idade Média, uma vez que segundo Maria Cândida Simplício, “não há quaisquer elementos sobre a

navegação antiga nesta zona do Tejo e isto apesar de sabermos da importância do Rio nas navegações atlânticas pelo menos desde o primeiro milénio A. C.”<sup>3</sup>, construíram-se cais e pequenos portos nas povoadas ribeirinhas do estuário do Tejo. É frequente existirem junto aos cais edificações como os moinhos de maré, fornos de vidro e de cal, e, de construção mais recente, fábricas de cortiça<sup>4</sup>. Os pequenos portos encontravam-se, normalmente, nas inúmeras quintas existentes nesta região sendo, estas, sobretudo importantes na organização sócio-económica das localidades e até determinadoras quanto ao seu aumento demográfico, como é o caso da Quinta do Esteiro Furado, em Sarilhos Pequenos<sup>5</sup>.

Aos Cais de Alhos Vedros e da Moita chegavam viajantes, carroças e carretas de bois carregadas de produtos para tomarem a carreira do barco para Lisboa. Devido a essa movimentação diária de passageiros e mercadorias, cujo aumento se verificou a partir do século XVII, os cais transformaram-se em verdadeiros postos de trabalho, onde um grande número de homens desempenhava as tarefas de carregadores, num ritmo de trabalho árduo que caracterizava o seu quotidiano. O topónimo *Cais do Descarregador*, em Alhos Vedros, faz tributo e perpetua a memória dessas fainas e canseiras.

Os transportes fluviais estavam sujeitos a normas que eram regulamentadas pelas posturas ou pelos forais. O foral da Vila de Alhos Vedros<sup>6</sup> documenta o tributo sobre os mantimentos e mercadorias que eram transaccionados no termo<sup>7</sup>: “[...] a portagem

1 - O vinho constituía outro dos vectores importantes da economia da região da “Borda d’Água”. Muitas das vezes, e porque existiam em grande abundância, as vinhas integravam a lista de bens deixados em testamento ao Clero como se pode ver pelas Visitações de 1523, referente à Capela de Nossa Senhora dos Anjos “...fora deixada huua vynha per Vasquo Annes palmeiro e sua molher Branca Afonso aa dita Capela...” (Ana de Sousa Leal e Fernando Pires, *Alhos Vedros nas Visitações da Ordem de Santiago, Visitações de 1523*, Ed. Com. Org. Comemo. 480º Aniv. Do Foral de Alhos Vedros, 1994).

2 - Esta prática foi usual até há poucos anos atrás. A Moita teve uma dessas *montureiras*, até cerca dos anos cinquenta do século XX, instalada no rio da Moita, perto do Cais, numa área que era conhecida pelo *Porto da Lama*.

3 - A doutora Maria Cândida Simplício, em colaboração com a Câmara Municipal da Moita, estudou os vestígios relacionados com a presença do Homem, a navegação e a exploração económica na zona húmida do Concelho da Moita.

4 - Para exemplificar damos nota da construção do moinho de maré junto do cais de Alhos Vedros, no início do século XVII, a mando de Tristão de Mendonça Furtado, da construção dos fornos de vidro, perto do rio da Moita e dos fornos de cal, também de inícios do século XVII, junto ao rio da Moita.

5 - A Quinta do Esteiro Furado remonta ao séc. XVI e tem uma relação directa com o aglomerado de Sarilhos Pequenos, na estrutura de caminhos rurais e nas actividades económicas assentes na exploração de salinas e na agricultura. As Memórias Paroquiais da Moita de 1758, publicadas pelo Padre Carlos Alves, referem a Quinta do Esteiro Furado como propriedade do flamengo Giraldo Huguens, composta por casas senhoriais e de lavoura, capela evocativa de S. Geraldo, construída em 1629, e “...um moinho de três aferidos, uma marinha, grandes pinhais, vinhas, pomares com três poços...”. Actualmente, ainda são visíveis junto do esteiro vestígios do moinho de maré e da enseada natural que servia de porto onde acostavam as pequenas embarcações que escoavam os bens de primeira necessidade produzidos nesta unidade agrícola.

6 - D. Manuel I concedeu foral à vila de Alhos Vedros a 15 de Dezembro de 1514.

7 - Em 1514 o termo de Alhos Vedros incluía o Barreiro, o Lavradio, as Verderenas, a Telha, Palhais, a Moita (que no mesmo ano passa a ter o estatuto de aldeia), a Quinta de Martim Afonso e Sarilhos Pequenos.



que se ouuer de pagar na ditto villa há de ser per homens de fora della que hj trouxeram cousas de fora a vender, ou as comprarem hj e tirarem pera fora da villa e termo, a qual portagem se pagará desta maneira: leuar-se-a de portagem em cada hum dos dittos lugares dous reais somente por carga major de toda a mercadoria de qualquer sorte e callidade que seja, e da carga menor e das outras a este respeito, somente a carga do pão não pagará mais que hum real por carga major e da menor e das outras há este respeito. Declaramos mais que qualquer barca ou batel que de hj comprar e tirar pera fora per pessoas que não sejam vizinhos pagaram de portagem vinte e sette reais.”<sup>8</sup>

Também a pesca era, no século XVI, uma actividade importante em toda a zona ribeirinha do estuário do Tejo: “Paga-se na ditto terra a dizema de qualquer pescado que se tira em terra assj por pescadores da terra como de fora. Se os da terra o leuarem vender a outra parte não pagarao a ditto dizema de hj ho não tirarem”<sup>9</sup>. À riqueza de peixe deve acrescentar-se a presença e desenvolvimento de bancos naturais de bivalves, principalmente de ostras com vastas e florescentes ostreiras.<sup>10</sup>

A partir do domínio Filipino o trânsito de passageiros e mercadorias, oriundos do sul do país e de Castela, intensificou-se, transformando a Moita<sup>11</sup>, a par da Aldeia Galega, num importante ponto de passagem com ligação à cidade de Lisboa, como podemos constatar na provisão passada aos donos dos barcos grandes da vila da Moita em 28.6.1745<sup>12</sup>, autorizados a terem duas barcas por semana, e, em 1722, com forte contribuição dos homens do mar, ter havido necessidade de substituir o antigo cais de madeira por um de pedra. No final da centúria de seiscentos, já essa intensa actividade fluvial indu-

zira o crescimento económico que permitiu a elevação da Moita a Vila<sup>13</sup>.

Para todas estas actividades, criou-se uma enorme variedade de embarcações: desde os barcos de pesca, como a muleta, a enviada, ou o bote de tartarena, até aos barcos de transporte, nomeadamente a fragata, o varino, a falua, o barco dos moinhos, o barco dos moios – para transporte do sal –, o bote catraio, ou o bote do pinho – especializado no transporte de lenha e madeira.

Na margem esquerda do Tejo existiam diversos estaleiros que asseguravam a construção das pequenas embarcações do tráfego local e da pesca, uma vez que na Ribeira das Naus, em Lisboa, no século XVI, construíam-se, essencialmente, as grandes naus e os galeões que abriram a navegação nas costas africanas. A maior parte dos estaleiros navais ergueram-se nas praias abrigadas dos rios e dos estuários. A condição de interioridade geográfica tornava-os abrigados dos ventos dominantes, contrariamente à Ribeira das Naus, sempre exposta às nortadas. Segundo Frederic Mauro, era “[...] no Rio da Telha e no Rio do Seixal que, ao abrigo das tempestades de inverno, permite acabar os navios começados no verão”<sup>14</sup>

Assim, a necessidade aliou-se ao engenho e as embarcações do Tejo que, até então, recebiam a designação genérica de barca, começaram a diferenciar-se e a especializar-se, devido não só às funções a que se destinavam, como também aos percursos de navegação que utilizavam, construindo cada povoação ribeirinha e/ou cada estaleiro, de forma personalizada, as suas embarcações típicas. No século XIX as fragatas, botes, botes de meia-quilha, catraios, barcos de água acima, canoas e faluas eram as embarcações que asseguravam a circulação de bens em toda a área de Lisboa, destacando-se, a partir da

8 - Ana de Sousa Leal, *Foral Manuelino (1514) e Descrição da Vila de Alhos Vedros (1614)*, Ed. CACAV e Junta de Freguesia de Alhos Vedros, 1993, p.10.

9 - *Ib idem*, p. 9.

10 - No Rosário, junto à praia ainda existe, embora inactivo, um Centro de Depuração de Ostras.

11 - A Moita encontrava-se numa situação geográfica privilegiada, pois a pouca reentrância do seu esteiro, de águas calmas e pouco profundas, possibilitava a entrada e saída constante das embarcações.

12 - Chancelaria de D. João V, 1<sup>o</sup> 108, fl. 309.

13 - A Moita recebeu a categoria de vila, por Carta Régia, passada por D. Pedro II, a 7 de Novembro de 1691 e foi doada ao Conde de Alvor, Francisco de Távora.

14 - Frederic Mauro, *Portugal, o Brasil e o Atlântico. 1570-1670*, Ed. Estampa, Lisboa, 1989, pp. 73 e ss.

segunda metade do século XIX, os varinos de carga, contemporâneos do início da industrialização das margens do estuário do Tejo. Cortando as águas do rio, distinguiam-se pelo seu tamanho, forma e recorte das velas.

Este sistema económico tradicional entrou em fase de declínio a partir da segunda metade do século XIX, embora o concelho da Moita tivesse mantido um cariz marcadamente rural e marítimo até ao segundo quartel do século XX. O seu crescimento urbano e económico só se iniciou a partir dos anos 60, quando perdeu definitivamente a referência ribeirinha e adoptou um modelo de desenvolvimento ba-

seado na indústria.

Após a instabilidade jurídico-administrativa provocada pela “dança dos concelhos”<sup>15</sup>, o concelho da Moita vai, paulatinamente, crescendo em população e número de freguesias. Actualmente, o município tem uma frente ribeirinha com mais de 20 Km de extensão, condição de cinco freguesias, do conjunto das seis que o compõem.

O Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos são, hoje, duas pitorescas freguesias à beira do Tejo com grandes potencialidades para o desenvolvimento do turismo ligado ao rio<sup>16</sup>. Antigos núcleos urbanos, cuja implantação está intimamente relacionada com as fun-



Fig. 2 - Roda de proa do varino centenário “Ana Maria”, para abate no estaleiro do Gaio-Rosário.

---

15 - 1691 - Moita desintegra-se do concelho de Alhos Vedros.

1855 - Por Decreto de 24 de Outubro os concelhos da Moita e de Alhos Vedros extinguem-se sendo anexados ao do Barreiro.

1861 - Por Decreto de 18 de Setembro o concelho da Moita foi restaurado e Alhos Vedros integra-o na condição de freguesia.

1895 - Por Decreto de 26 de Setembro foi de novo extinto o concelho da Moita, passando esta a integrar o termo de Aldeia Galega, e Alhos Vedros, o concelho do Barreiro.

1898 - A 13 de Janeiro foi definitivamente restaurado o concelho da Moita, anexando a freguesia de Alhos Vedros.

16 - Na pequena povoação de Sarilhos Pequenos, as redes de pesca continuam penduradas em frente das portas das casas pintadas de cores garridas e os barcos sobem invariavelmente as ruas durante a festa anual.

ções ribeirinhas que lhes serviram de suporte económico, mantêm as suas raízes, apresentando uma matriz de valores, comportamentos e práticas que os tipificam, e que condicionam, ainda hoje, a forma de estar das novas gerações<sup>17</sup>.

Da actividade fluvial, as duas localidades conservam ainda os estaleiros navais de estrutura artesanal e a fábrica de velas marítimas, no Gaio. Os estaleiros estão hoje vocacionados para a reconstrução das antigas embarcações do Tejo, reconvertendo-as em barcos de recreio. Mas nem sempre assim foi. O estaleiro de Sarilhos Pequenos, adquirido em 1955 por Jaime Ferreira da Costa<sup>18</sup>, no auge da sua laboração – anos cinquenta e sessenta tinha cerca de 38 trabalhadores: calafates, carpinteiros, serradores braçais, soldadores, maçariqueiros, assentadores de chapa e pintores, que se dedicavam à feitura e reparação de fragatas, varinos, canoas, botes, traineiras e reparação de embarcações metálicas. O Hiate de Setúbal foi lá construído.

O estaleiro do Gaio foi fundado por Mestre Francisco Lopes<sup>19</sup> em 1928. No estaleiro de seu pai, aos 13 anos, José Francisco Lopes iniciou-se, como aprendiz, nos trabalhos de carpintaria e pinturas tradicionais, aprendendo e aperfeiçoando-se numa arte que aprendeu a amar e respeitar.

Durante anos o estaleiro do Gaio foi uma referência na construção e reparação das embarcações que serviam as actividades económicas ligadas ao rio:

varinos, botes, fragatas, canoas, catraios, chatas. No auge da sua laboração o estaleiro chegou a ter perto de 40 trabalhadores: carpinteiros de machado, calafates, pintores, serradores braçais e serventes. O fabrico artesanal das velas era da responsabilidade dos irmãos Bráz, estando as ferragens a cargo de Joaquim Branco. Ambas as actividades estavam sediadas junto do estaleiro, constituindo, assim, um verdadeiro núcleo industrial.

Também a arte do desenho e das pinturas decorativas<sup>20</sup> constituíram o *ex-libris* do estaleiro. Impulsionada desde o início do século XX por Mestre Francisco Lopes, foi depois adoptada e aperfeiçoada por dois dos seus filhos – Fernando e José Lopes –, e pelos irmãos Raimão – Luís, João e Manuel Jorge. Desde sempre que Mestre José Lopes se lembra de haver solicitações para a feitura de pinturas. Tinha 16 anos quando se deslocou, pela primeira vez, a Valada do Ribatejo, para pintar uma fragata.

O declínio, gradual, das embarcações tradicionais iniciou-se a partir da segunda metade do século XIX, com a evolução dos transportes terrestres<sup>21</sup> e o processo de industrialização verificado na margem sul do estuário do Tejo<sup>22</sup>, assim como pelas dificuldades geradas com a construção das pontes de Lisboa e de Vila Franca de Xira, que passaram a ser uma alternativa rápida e eficaz às tradicionais vias fluviais. As alterações que se fizeram sentir com o 25 de Abril de 74 na vida política, social e económica do país, preci-

---

17 - A Quinta de Martim Afonso e Quinta do Esteiro Furado estão na génese, respectivamente, das actuais freguesias do Gaio-Rosário e de Sarilhos Pequenos. A alteração do seu tecido social por via da miscigenação praticamente não existiu, nem através da proximidade com outras localidades, tão pouco com a chegada de população vinda das ex-colónias, que viu na fixação de residência em toda a área metropolitana de Lisboa a vantagem de aceder a melhores postos de trabalho.

18 - Jaime Ferreira da Costa é natural de Pardilhó, concelho de Estarreja, distrito de Aveiro. Vem para o Gaio em 1944, passando a trabalhar no estaleiro de Mestre Francisco Lopes onde permaneceu até 23 de Setembro de 1955, altura em que comprou o estaleiro de Sarilhos Pequenos a António Gonçalves Pinto, oriundo de Viana do Castelo, que o tinha fundado em 1943.

19 - Mestre Francisco Lopes era natural da Freguesia do Gaio-Rosário.

20 - A arte e técnica desenvolvidas no Gaio disseminaram-se um pouco por todo o lado. Por causa das pinturas muitos barcos do norte, principalmente da zona de Abrantes, que vinham com fretes de cortiça, madeiras e frutas, antes de regressarem às suas terras eram reparados e embelezados com cercaduras nas anteparas e desenhos nas emendas, de cores garridas e alegres.

Letras e números coloridos, flores, sereias, santas, touros e paisagens desta arte originária do concelho da Moita ornamentam também as embarcações tradicionais recuperadas nos concelhos de Vila Franca de Xira, Seixal, Alcochete e Lisboa. (Ver Fig. 1)

21 - A partir de 1861, com o início da ligação ferroviária de sul e sudeste, o Barreiro tornou-se pioneiro no processo de industrialização do país. No princípio do século XX, entram em funcionamento as primeiras fábricas da CUF, operando-se a ruptura do antigo tipo de economia da zona. Algumas destas embarcações típicas perduraram até ao início da 2ª metade do século XX, outras perderam-se: ou porque deixaram de ter funções para as actividades antes exercidas (como a Muleta de pesca do Seixal e Barreiro, que acabou com a transferência da mão-de-obra da pesca para a indústria, ou o barco dos moinhos que deixaram de se construir com o abandono dos moinhos de maré).

22 - Os fragateiros continuaram a desempenhar uma importante função na economia regional, uma vez que até à construção de vias de comunicação terrestres, as fragatas e os varinos continuaram a assegurar a circulação de matérias-primas e de produtos.

pitaram o abandono e a rarefacção das embarcações tradicionais e consequente decadência das actividades ligadas ao seu fabrico e reparação.

Os anos oitenta do século passado assistiram, um pouco por todo o concelho da Moita, ao despertar de consciências para a necessidade de um retorno ao rio, não já numa perspectiva económica, mas através do lazer, do desporto e da cultura. Este retorno obedeceu a uma acção estratégica através da recuperação e valorização da frente ribeirinha que se encontrava em acelerada degradação e abandono<sup>23</sup>; de política cultural adoptada pela Câmara Municipal que adquiriu e recuperou duas ambarcações tradicionais (varino, em 1981, e bote de meia quilha, em 1985<sup>24</sup>), que constituem a maior valia no tocante à sensibilização e divulgação do património naval, do estuário e seus recursos; das intervenções conjugadas das três associações náuticas concelhias<sup>25</sup>, inovadoras no campo da recolha, estudo e uso sociocultural dos valores náuticos.

Das actividades económicas de antanho, associadas ao rio, resta a memória dos marítimos que começaram meninos a trabalhar nas embarcações, primeiro como moços, passando depois a camaradas e a arrais. As memórias dos botes do pinho, das fragatas e dos varinos, essa recriação do imaginário, é traduzida nas réplicas em miniatura das embarcações tradicionais feitas com capricho e elevado rigor de pormenor, em madeira e cortiça, pelos artesãos de Sarilhos Pequenos, Gaio-Rosário, Moita e Alhos Vedros<sup>26</sup>.

Aos poucos, no decorrer do século XX, as embar-

cações típicas do Tejo foram-se perdendo quase sem deixar rasto: umas morreram nas praias do estuário, junto dos antigos estaleiros que lhes deram forma e vida; outras foram para o estrangeiro e, muito poucas, foram recuperadas por autarquias ribeirinhas. Assim, hoje, torna-se possível usufruir, de algum modo, da beleza e da viagem nestas embarcações, graças ao empenho que Câmaras Municipais como as da Moita, Barreiro, Alcochete, Seixal e Vila Franca de Xira prestaram à salvaguarda e reutilização museológica deste tipo de património. São as últimas fragatas, varinos e botes de fragata, que ficaram como memória de um Tejo diferente do que hoje se nos oferece: um rio cheio de graça, de cor e de animação, através do movimento que lhe era dado pela enorme variedade de embarcações de porte altivo, com as velas enfunadas, de arrais orgulhosos, e restantes tripulações.

A arte da construção naval representa, na cultura portuguesa, um espaço de primordial importância, não só pela grande variedade de embarcações que se construíram em todo o território nacional, como também pelo papel histórico que os navios portugueses desempenharam nas diferentes funções para que foram construídos, quer no tráfego local e marítimo durante e depois dos Descobrimentos, quer na pesca fluvial e marítima.

Era no rio Tejo que girava a vida económica e social das populações ribeirinhas. Era do rio e para o rio que viviam. Inevitavelmente, se quisermos passar o testemunho dos bens ingentes do Tejo às gerações vindouras, não só a nível ambiental<sup>27</sup> mas também

---

23 - Valorizam-se a caldeira da Moita e a praia do Rosário, e, ao longo de 2 Km, abrangendo as freguesias da Baixa da Banheira e Alhos Vedros, o Parque Municipal José Afonso modela a margem ribeirinha.

24 - O varino, de proa redonda e fundo chato para poder navegar em águas pouco profundas, é uma embarcação leve, elegante e graciosa, possuindo uma decoração vistosa e florida, com o nome no painel de proa. A moldura, feita de rosas grandes, folhagens, rosáceas, vai de lado a lado, continuando de bombordo a estibordo, para abranger todo o painel. O interior é igualmente decorado: à volta da amurada, no poço ou escotilha do porão, nas molduras e nas bandeiras das portas. A decoração é opulenta e majestosa, arvorando um mastro, onde larga um grande latino triangular e à proa larga uma vela.

O bote de meia-quilha era concebido para navegar em sítios muito baixos e assentar no fundo, sendo por isso mais pequeno que o bote da mesma época, mas também porque os bojos bem cheios lhe proporcionavam uma maior flutuabilidade em relação ao tamanho. O mesmo se passa com o varino de carga, de fundo chato com mais volumes nas arestas que a fragata de fundo redondo clássico.

25 - *Centro Náutico Moitense* fundado em 1980; *Associação de Desportos Náuticos Alhosvedrense "Amigos do Mar"* fundado em 1988; *Associação Naval Sarilhense* fundado em 1987; o resultado da sua dedicação foi o convite para participar no Brest'2000 em França, um dos mais prestigiados festivais marítimos da actualidade e que reuniu 2500 embarcações de todo o mundo.

26 - São os últimos marítimos que possuem inspiração para construir réplicas de barcos do Tejo, os quais conheceram por dentro.

27 - O Município tem vastas zonas de sapal e salgados fundamentais para a nidificação e refúgio de aves. Reveste-se de grande importância preservar os habitats e a biodiversidade desta região.



antropológico, terá de se aprofundar a cooperação com as entidades da Administração Central e outras com jurisdição e competências nas zonas ribeirinhas, não descurando o necessário envolvimento de todos os autóctones<sup>28</sup>.

O rio Tejo constitui um importante acervo de memória. Só preservando aquilo que de importante têm as comunidades ribeirinhas: a sua cultura, as suas gentes, e os testemunhos materiais que ainda existem, se pode falar de uma memória histórica colectiva vivificada e sem mácula. Património cultural do Tejo é sinónimo de marítimos e pescadores, de salineiros, de descarregadores dos cais, de carpinteiros e calafates, de artífices das velas e das ferragens, enfim, de um sem número de práticas e representações socioculturais que, ainda hoje, nos são restituídas, também, através dos festejos de carácter religioso com origem na devoção dos marítimos<sup>29</sup>.

Consciente da responsabilidade cultural que tem neste processo, a Câmara Municipal da Moita cele-

brou um Protocolo de cooperação com o Instituto Português de Arqueologia/Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática, para o estudo das embarcações tradicionais do rio Tejo. As acções a desenvolver são ao nível da arqueologia náutica, pesquisa documental, inventário etnográfico, registo e inventariação dos utensílios e métodos utilizados pelos carpinteiros navais. O estaleiro do Gaio, verdadeiro repositório de utensílios, práticas e saberes, vai ser objecto de registo e inventariação.

Os trabalhos pretendem, com os resultados obtidos, contribuir para um estudo de âmbito mais abrangente que é a evolução da construção naval em Portugal; o melhor conhecimento das técnicas e procedimentos inerentes à construção naval artesanal praticada nos estaleiros locais; uma maior e melhor compreensão da tecnologia das salinas e, simultaneamente, a preservação e divulgação do património fluvio-marítimo do concelho da Moita.

---

28 - No início dos anos oitenta, a Imprensa em geral informava sobre os cemitérios de canoas, fragatas e varinos ao longo das praias do sul do Tejo: “[...] negras, encostadas umas às outras, agonizam tristes e impotentes. Dia após dia lá se esboroam nas margens de um rio, perante o olhar de um povo.” Também alertavam para a necessidade dos responsáveis pelas questões culturais intervirem, pois “[...] afinal trata-se do Património de um país” (*Capital*, 24 de Agosto de 1982).

29 - No concelho da Moita realizam-se anualmente festas em Honra de N<sup>o</sup> Sr<sup>a</sup> do Rosário, no Gaio-Rosário, de N<sup>o</sup> Sr<sup>a</sup> da Graça, em Sarilhos Pequenos e da N<sup>o</sup> Sr<sup>a</sup> da Boa Viagem, na Moita, que têm origem na devoção dos marítimos.